

ANAIS

IV SECIEN

Educação e Diversidade:

Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão



Anais IV SecienUFF – Educação e Diversidade: Perspectivas Teóricas e Estratégias para a Promoção da Inclusão

Resumos

Escola de Governança em Gestão Pública
(Org.)

Niterói, RJ

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Aline da Silva Marques

Diretor da Escola de Governança em Gestão Pública: Alexandre Bomfim dos Reis

Equipe de Capacitação

e-mail: sdpr.dda.eggp@id.uff.br

Carolina Lobo dos Reis Melo
Elaine de Moura Melo
Eunice de Castro Silva
Fabiola Paulino da Silva
Felipe Crespo de Lima
Letícia Queiroz Arruda
Tobias José dos Santos

Administração e Secretaria da EGGP

e-mail: eggp.progepe@id.uff.br

Ana Paula Gonçalves Doro
Stephanie Heringer Lima Ribeiro

Equipe da SANT

e-mail: sant.dda.eggp@id.uff.br

Jaqueline Helena Couto Schuenck
Laís Faria de Oliveira
Marianna de Aguiar Estevam do Carmo
Michele da Conceição Luiz Pereira
Solange Barbosa Bittencourt

Revisão e Editoração

Felipe Crespo de Lima



O **IV SecienUFF** foi realizado virtualmente no dia **31 de outubro de 2025** com transmissão ao vivo no [Canal da Capacitação da Escola de Governança - EGGP](#) e seus registros podem ser acessados por meio dessa plataforma. Demais informações podem ser obtidas através da página <https://www.even3.com.br/iv-seminario-cientifico-dos-servidores-da-uff-iv-secienuff-550092>.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Seminário Científico dos Servidores da UFF
(4. : 2025 : On-line)

Anais IV SECIEN [livro eletrônico] : educação e diversidade : perspectivas teóricas e estratégias para a promoção da inclusão / Escola de Governança em Gestão Pública (org.). -- 4. ed. -- Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87875-71-2

1. Diversidade 2. Divulgação científica
3. Educação 4. Inclusão social 5. Inovações tecnológicas 6. Pesquisa científica I. Escola de Governança em Gestão Pública. II. Título.

25-322966.1

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Divulgação científica 501

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Revisão e Normalização: Felipe Crespo de Lima

Coordenação Editorial: Alexandre Bomfim dos Reis

Diversidade, inclusão e ensino: relato de atuação docente em programa de pós-graduação da UFF	146
Diagnóstico da acessibilidade em bibliotecas universitárias: um estudo de caso da Universidade Federal Fluminense	149
Libras como direito: avanços e retrocessos na inclusão da pessoa surda	152
Políticas públicas e direitos linguísticos da pessoa surda no Brasil	154
“Essa dor não tem nome”: o que aprendemos com os discursos do julgamento do caso Marielle Franco	156
Ensino inclusivo na UFF: capacitação de servidores para atendimento a estudantes com TEA	160
Intervenções no serviço público para o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista: plano de trabalho individualizado	163
Direitos humanos em perspectiva: a inclusão dos surdos nas esferas públicas e educacionais	167
Interações intergeracionais no ambiente de trabalho	169
EIXO POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO	171
CAES Comunica – Um relato de experiência de comunicação para a permanência estudantil na UFF Campos	171
Educação financeira no Ensino Superior EaD: uma análise das práticas dos estudantes.....	176
Educação midiática informacional antirracista pelas bibliotecas escolares dos Colégios de Aplicação e Institutos Federais do estado do Rio De Janeiro	182
A equidade de gênero em cargos de confiança: um guia de boas práticas na Universidade Federal Fluminense	185
Desenvolvimento e validação de tecnologia educacional em vídeo para capacitação em primeiros socorros: o manejo da convulsão no ambiente escolar	188
Conhecimento, atitudes e práticas de professores em primeiros socorros no ambiente escolar: diagnóstico e propostas a partir de uma revisão integrativa	191
Avaliação e indicadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)	194
Os desafios da implementação de reserva de vagas nos concursos públicos para o Magistério Superior nas Universidades Federais	200
A luta pela autonomia do movimento sindical entre os servidores técnico-administrativos diante das contradições dos governos Lula-Dilma	214
ENCERRAMENTO.....	217

ENSINO INCLUSIVO NA UFF: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM TEA

Elaine de Moura Melo¹

Fagner Henrique Guedes Neves²

Introdução

Este trabalho apresenta um projeto de pesquisa que visa capacitar servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o atendimento inclusivo de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Insere-se no eixo temático de **Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos**, contribuindo ao propor uma intervenção direta na rotina universitária, alinhada com a missão institucional da EGGP/UFF de formar agentes públicos aptos a lidar com diversidade. Ao articular teoria, política e prática, o estudo busca avançar no entendimento das demandas específicas do TEA e melhorar a qualidade de suporte oferecido no nível superior, ampliando a eficácia das políticas públicas de inclusão.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica apoia-se na concepção de TEA como espectro de singularidades cognitivas e comportamentais que exigem adaptações pedagógicas e administrativas (OPAS, 2024; Stainback & Stainback, 1999). Adota-se o **Ciclo de Políticas Públicas** de Mainardes (2006) para analisar as etapas de formulação, implementação e avaliação das diretrizes inclusivas na UFF. Complementa-se o arcabouço com os princípios éticos transformadores de Mantoan (2004), que defende a diferença como recurso pedagógico, e com a metodologia de análise documental crítica de Cellard (2012). A Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) embasam a discussão jurídica, reforçando o direito ao acesso e permanência de pessoas com TEA no ensino superior.

Objetivos

Geral: Realizar curso de capacitação com servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense para oferecer atendimento mais eficaz, humanizado e inclusivo a estudantes com TEA. **Específicos:** Identificar o ciclo de políticas inclusivas aplicadas a estudantes com TEA na UFF; planejar um curso de capacitação direcionado aos servidores técnico-administrativos lotados nas coordenações de curso de graduação da UFF; elaborar um curso de capacitação com servidores técnicos-administrativos lotados nas coordenações de curso de graduação da UFF; avaliar o impacto do curso em comparação aos achados da etapa diagnóstica, visando aprimoramentos futuros.

¹ Técnica em Assuntos Educacionais na Escola de Governança e Gestão Pública/PROGEPE. Mestranda do Programa profissional em Diversidade e Inclusão/Instituto de Biologia-UFF. Orcid.: 0009-0004-7035-1591; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8211217678174821>.

² Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, Pós doc. em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz. Professor do curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Orcid.: 0000-0002-7990-6299; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3358963897702653>.

Metodologia

Adota-se uma abordagem **qualiquantitativa e participativa**, fundamentada na **pesquisa-ação** (Thiollent, 2011) e no ciclo de políticas públicas de Mainardes (2006). O projeto organiza-se em três fases: **Diagnóstica**: revisão bibliográfica e documental (leis, PDI da UFF, sites da SAI e UFF Acessível); entrevistas semiestruturadas com gestores; aplicação de questionários a técnicos-administrativos e estudantes com TEA; **Interventiva**: planejamento colaborativo e execução do curso remoto, com encontros síncronos por videoconferência e atividades assíncronas no *Google Classroom*, seguindo padrões pedagógicos da EGGP; **Avaliativa**: uso de instrumentos de avaliação (questionários pós-curso, observações e grupos focais) e aplicação da análise documental crítica de Cellard (2012) para comparar práticas antes e depois da capacitação. O caráter remoto do curso visa ampliar a participação de servidores de diferentes campi, flexibilizar horários e reduzir custos. Todos os procedimentos seguirão normas éticas (Resolução CNS nº 510/2016; LGPD) e contarão com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Como o levantamento de campo ainda não foi iniciado, a discussão baseia-se em evidências da literatura e no diagnóstico documental: **Conhecimento Prévio**: espera-se confirmar lacunas nos saberes dos servidores sobre o TEA, frequentemente pautados em abordagens assistencialistas; **Capacitação**: prevê-se que o curso estimule a apropriação de práticas de comunicação clara, flexibilidade curricular e uso de tecnologia assistiva; **Impacto Institucional**: antecipa-se maior integração entre a SAI, coordenações de curso e EGGP para formalizar protocolos de atendimento; **Sustentabilidade**: o caráter participativo da pesquisa-ação deve fomentar cultura colaborativa, garantindo que o processo de reflexão-ação-reflexão perdure após a intervenção. Esses resultados projetados apontam para um avanço na conscientização institucional e no desenvolvimento de rotinas inclusivas, preparando o terreno para a avaliação empírica pós-curso.

Considerações Finais

O projeto pretende não apenas preencher lacunas de conhecimento, mas fomentar uma cultura institucional de inclusão proativa no ensino superior. Ao combinar pesquisa-ação e ciclo de políticas, promove-se um processo contínuo de reflexão, intervenção e avaliação, alinhado à marcos legais e éticos. A capacitação de servidores técnico-administrativos emerge como estratégia central para viabilizar práticas inclusivas efetivas, contribuindo para ambientes universitários mais equitativos. A consolidação de rotinas de atendimento sensível às necessidades dos estudantes com TEA fortalecerá o compromisso social e pedagógico da UFF, representando passo significativo rumo a uma universidade de portas abertas à diversidade.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Transtorno do Espectro Autista.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295–316.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan./abr. 2006.
- MANTOAN, M. T. E. O direito à diferença nas escolas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 23, p. 17–23, 2004.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtorno do Espectro Autista**. [Brasília, DF]: OPAS, [20--?]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.